

I Encontro de Psicologia sobre Violência e Políticas Públicas de Segurança

Mesa: Direitos Humanos e Psicologia (CRP04/Juiz de Fora) 15/10/1999

(25:00) Boa noite. Aos colegas, como já foi colocado pelos dirigentes das nossas entidades, de certa forma, esse evento registra uma mudança de qualidade no papel que tem desempenhado nossas entidades e os conselhos. É preciso sempre registrar isso, essas entidades deixam de ser aqueles lugares burocráticos, aqueles lugares que não produzem efetivamente uma contribuição, para serem entidades atuantes, que reúnem, que congregam, que colocam em discussão os problemas. Mas este evento pode ser entendido também como uma mudança importante na própria relação da psicologia com a sociedade brasileira. Eu acho que trazer as questões que estão em debate na sociedade brasileira nesse momento e produzir a possibilidade de os psicólogos coletivamente possam participar do debate dessas questões, é algo que nos deixa bastante entusiasmados. Eu estava, quando vinha pra cá, a última lembrança da última vez que estive em Juiz de Fora, 10 anos atrás exatamente, foi para trabalhar a convite do deputado Paulo Delgado na elaboração do projeto de lei Antimanicomial; e, 10 anos depois estamos aqui para, novamente, fazer uma discussão de extrema relevância para o campo dos direitos humanos. Quer dizer, de certa maneira, essa cidade fica marcada pra mim como um lugar de militância, de trabalho em torno dessa discussão dos direitos humanos e espero que nosso diálogo aqui possa ser mais um momento desse tipo de trabalho.

(27:18) De certa maneira, eu queria começar dizendo que é muito importante que a comissão de direitos humanos do Conselho Federal de Psicologia possa estar aqui nesse momento, fazendo esse debate com vocês. E, eu não sei se todas as pessoas tem conhecimento disso, é muito recente essa institucionalização do Conselho Federal, de uma relação entre psicologia com os direitos humanos. Há pouco mais de dois anos, o Conselho Federal convidou vários colegas, como a nossa presidente aqui presente, a companheira Cecília Coimbra, para constituir uma comissão de direitos humanos. E, de certa forma, nós percebemos naquele momento que hoje nós tínhamos um grupo de companheiros psicólogos destacadamente vinculados a questão da defesa dos direitos humanos e que era preciso institucionalizar um espaço para que essa discussão se fizesse. De certa maneira, em pouco mais de 2 anos, nós constatamos que essa discussão tem um apelo extremamente significativo. Na semana passada nós estávamos na Abrapso, no encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social, fizemos uma mesa de direitos humanos em que as pessoas disputavam os poucos lugares, porque o lugar não era tão grande, ficaram pessoas sentadas no chão, pessoas na porta. Enfim, é muito bom a gente perceber hoje esse interesse, essa disposição dos psicólogos em debater hoje a relação entre psicologia e direitos humanos, porque essas relações não estão dadas. É verdade e, de alguma maneira nós sentimos que temos alguma coisa a ver com essa questão dos direitos humanos; parece-nos, de certa forma, que existe umnexo entre o trabalho que fazemos, a causa profissional que temos, e essa questão dos direitos humanos. O que faltava talvez, eu acho que esse deve ser o nosso esforço nesse momento, é dar visibilidade para esse nexo, trabalhar, desenvolver um pouco mais quais são, afinal, essas relações que estão colocadas entre psicologia e direitos humanos.

(30:00) De certa forma, o contexto do surgimento da psicologia brasileira, ao situar-se em pleno autoritarismo da ditadura militar, fez com que a psicologia brasileira crescesse muito, mas que esse crescimento custasse de certa forma, muitas vezes, a disposição de um olhar pra realidade que a cerca. A ditadura militar, ao impor um regime de restrição à crítica, ao debate, ao silenciar autoritariamente todos os olhares para a realidade social fez com que a psicologia brasileira se desenvolvesse numa perspectiva um tanto alienada, um tanto elitista e que durante muitos anos a psicologia brasileira tenha tomado como seu referencial, um referencial de classe, pequeno burguês, das classes médias urbanas brasileiras. Talvez tenha sido preciso que a exclusão no nosso país, tomasse as proporções em que hoje cerca de 47% da população vive com 83 dólares per capita, ou seja, foi preciso que, de certa forma, quase metade da população brasileira se situasse nessa linha da exclusão para que, de certa forma, tenha se imposto à psicologia que ela debruce e olhe para essa realidade, a realidade do seu país, do seu povo, esse povo, essa nação que nós constituímos hoje vive um drama social do qual nós enquanto psicólogos, a nossas entidades, nós psicólogos não podemos mais nos omitir.

(32:30) Eu posso dizer pra vocês, a partir do observatório privilegiado que muitas vezes o Conselho Federal de Psicologia se constitui, porque podemos ter uma visão de todos os desenvolvimentos da psicologia, nos diversos Estados, eu posso dizer pra vocês com muitas satisfação que uma mudança, uma torção está se operando hoje no campo da profissão de psicólogos no Brasil. É com muita satisfação que nós percebemos que, cada vez mais, pessoas como vocês estão trabalhando nas fronteiras das exclusão, que são os conselhos tutelares, que são as penitenciárias, os manicômios judiciários.; nas fronteiras da exclusão que são muitas vezes os trabalhos feitos com populações marginalizadas. E nós começamos a produzir não só uma nova prática, mas nós começamos a produzir uma certa leitura dessa realidade, nossa interpretação acerca dessa realidade, uma certa teoria acerca dessa realidade. Eu sou professor universitário e costumo dizer que a universidade é muito lenta, é muito refratária e, no caso da psicologia, nós temos assistido que é este movimento, desses profissionais, trabalhando nessas fronteiras que é que tem produzido uma retroalimentação e obrigado a universidade a se transformar e mudar a prática, a formação dos profissionais.

(34:06) Então todos aqueles que hoje estão atuando nessas fronteiras, devem perceber que a sua atuação constitui um patrimônio do ponto de vista teórico, técnico, político, ideológico, e que este patrimônio é super importante para retroalimentar o próprio processo de atuação dos psicólogos das futuras gerações. De certa maneira, nós vivemos um momento, além dessa grave crise social, em que emerge um novo tipo de questão, alguns chamam de pós-modernidade, eu não gosto muito dessa leitura, mas emerge nesse momento um novo tipo de movimento na sociedade que envolve exatamente um novo tipo de direito, que são as questões chamadas de questões subjetivas, ou a quarta geração dos direitos (certamente a Graça, quando estiver fazendo a intervenção dela poderá muito melhor do que eu estar trabalhando isso com vocês) mas esses direitos, de certa forma, a primeira geração de direitos é percebida como direitos civis, políticos; a segunda geração de direitos, são percebidos como direitos econômicos, sociais, culturais; e a terceira geração seria o direito dos povos, de uma autodeterminação. Nós estamos dizendo de uma quarta geração, o direito a ter uma identidade própria, o direito à diferença, são direitos que de certa forma envolve uma dimensão da subjetividade das pessoas. Então é muito importante que os psicólogos possam, porque afinal são profissionais vocacionados para o trabalho com a subjetividade, possam vir

contribuir na constituição desses direitos. Pensamos que a psicologia pode ser um instrumento de compromisso com os direitos humanos, mas pensamos que a psicologia pode ser também um lugar onde os direitos humanos ficam comprometidos na sua realização. Toda vez que atuamos podemos, na nossa atuação, estarmos reafirmando direitos, ou podemos estar contribuindo para sua negação.

(36:30) Essa dimensão é uma dimensão que também temos que levar em conta nessa discussão, porque efetivamente somos funcionários do Estado e, enquanto funcionários do Estado, muitas vezes temos o dever de garantir direitos. Mas, muitas vezes, esse dever de garantir direitos é exercido em conjunturas extremamente desfavoráveis e nós ficamos muitas vezes perplexos, desarmados frente às condições, frente à nossa intenção enquanto profissionais, a nossa ética enquanto profissionais, que seria aquela ética de garantir os direitos e, muitas vezes, nós nos vemos em uma condição de quase cumplicidade com desrespeito aos direitos humanos.

Eu tenho 5 minutos e queria falar um pouco pra vocês, para concluir essa fala, de dois aspectos. Nós somos, na comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, e nas comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais, hoje 9 dos 15 Conselhos Regionais (os 3 que estão conosco neste evento e mais outros 6 Conselhos Regionais) tem comissões de Direitos Humanos organizada. Um espaço importante que todos vocês podem se dirigir, buscar o diálogo, buscar participação. Os outros 6 conselhos estão em fase de organização. Nós temos a meta de que todos os Conselhos Regionais tenham seu espaço de debate sobre as discussões de direitos humanos. Mas eu queria pensar com vocês que os direitos humanos são para nós não uma meta em si mesma; os direitos humanos não são objetivo em si mesmo., porque os direitos humanos, de certa forma, são concebidos dentro de uma ordem burguesa que os torna extremamente limitados. E, no caso da sociedade capitalista, o grande direitos humanos que acaba sendo considerado, que deve garantir-se, acaba sendo o direito à propriedade. E, muitas vezes, o direito à propriedade ao custo de que muitos, muitos, muitos fiquem a margem de qualquer benefício dessa propriedade.

(39:02) Então nós temos que pensar que o quadro dos direitos humanos é o quadro tático, os direitos humanos é um guarda-chuva que pode recolher debaixo dele todos os nossos anseios de uma relação mais ética da sociedade. Mas nós não temos os direitos humanos como um objetivo em si mesmo, nós temos os direitos humanos como instrumento de luta, como espaço no qual nós podemos formular as nossas intenções de que as relações entre os sujeitos e a sociedade, entre a sociedade e o sujeito, entre os sujeitos e os sujeitos seja uma relação de tipo ética, de tipo promotora do desenvolvimento de todas as pessoas. Falo isso porque daqui a pouco podemos pensar numa política hipócrita dos direitos humanos, como faz hoje o Governo Fernando Henrique Cardoso, que tem uma política nacional de direitos humanos e coloca, sob a mais absoluta exclusão e desemprego, milhares de brasileiros. Então é preciso que nós possamos diferenciar qual é a nossa luta pelos direitos humanos, para que nós possamos interpretar criticamente outros usos que são feitos dessa bandeira em nome da dominação das pessoas, do impedimento, que nós possamos fazer a revelação do espaço onde a violação dos direitos humanos está acontecendo. É preciso diferenciar o nosso direito e o direito deles.

(40:53) E, finalmente, eu vou concluir dizendo a vocês: uma questão me chama a atenção nesse evento, e eu queria deixar essa reflexão exatamente para o final do nosso debate. A reflexão sobre a segurança. Muitas vezes nós, que somos do segmento de classe média, temos uma certa ideia de segurança que se confunde com o aumento da repressão na sociedade; o aumento da presença ofensiva de forças repressivas na sociedade. Eu estava lendo Nobert Elias, “Processo civilizatório”, e é muito interessante que ele dizia o quanto era perigoso, na idade média, aventurar-se para além do território da sua casa, da sua cidade, fazer uma viagem; o quanto os homens que saíam para fazer uma viagem estavam a mercê do inusitado, a mercê no desconhecido, e esse desconhecido era ameaçador.

(42:05) Eu fico pensando que hoje, fazer a viagem da nossa casa para a universidade, fazer as pequenas viagens dentro do espaço urbano, também nos ameaça muito. Mas eu fico pensando que, se não tivermos cuidado com essa reflexão sobre a segurança, podemos estar encaminhando o desenvolvimento da hostilização dessa franja de 50% da população brasileira que, na ausência de todas as outras possibilidades de se sentir segura, vira o grande elemento ameaçador da segurança desses segmentos que ainda tem alguma coisa a perder. Bom mesmo é que todo mundo tivesse alguma coisa a perder. Enquanto uns tiverem alguma coisa a perder e muitos não tiverem nada a perder isso não vai dar uma boa equação.

(Fala de membros da mesa)

(Perguntas)

(1h30:13) Queria aproveitar a oportunidade de estar falando de novo pra dizer que militância em direitos humanos pressupõe causa. Essa está sendo a atual causa das comissões de direitos humanos nos Conselhos de Psicologia. Há muitas questões: a militância pressupõe “manicômio judiciário pior: o pior do hospício o pior das prisões, o pior da violência, o pior da exclusão. Vamos mudar essa situação, a medida de segurança não pode ser prisão perpétua. Pela imediata revisão do processo de todos os internos dos manicômios judiciários”.

Na verdade, o desafio que nós temos hoje, de fazer esse nexo entre psicologia e direitos humanos visível, é o desafio de identificar exatamente um lugar, onde efetivamente as pessoas tem seus direitos violados por um mandado dos saberes psicológicos. Esse é um exemplo claro onde o saber psicológico determina um tipo de violência sobre o sujeito. Então me parece que ao escolher essa temática nós estamos perseguindo a criação de ícones, porque não tem muito jeito, tem que ser assim. Nós temos que ter algo que dê visibilidade para as pessoas, que as pessoas possam perceber os psicólogos se movimentando em torno disso. É óbvio que aqui eu estou falando de algo bastante específico. Nós poderíamos pensar que, no cotidiano da prática dos psicólogos esta questão é muito mais complexa. Quando eu faço uma avaliação psicológica e mando uma criança para uma sala especial, me parece que está em jogo aí um tipo de saber, um tipo de postura, um tipo de ideologia que é violadora dos direitos humanos. Preocupante é que isso possa ser naturalizado através dos nossos instrumentos de avaliação psicológica e aparentemente ser algo que é neutro, apolítico, e não

tem nenhuma intencionalidade direcional em relação as questões dos direitos humanos. É isso que é preocupante. Não é que se avalie a criança, preocupante é de que isso possa ser feito atribuindo naturalidade. Cecília falou muito bem disso para nós. Eu acho que o desafio seria que nós trabalhássemos na perspectiva de desnaturalização. Nada do que fazemos é natural.

(1h:32:48) Estou discutindo um pouco essa questão: tem uma violência no fazer psicológico. Não acho também que vá acabar esse seminário e todas as pessoas vão sair daqui “resolvido”. As práticas sociais tem história, tem instituições que as sustentam, enfim, elas se produzem de uma forma complexa. Temos que trabalhar regularmente, persistentemente, intencionalmente direcionados durante um longo período de forma a garantir que nós possamos estar fazendo a desmontagem, a desconstrução, o desvelamento dessas práticas. Senão, o que possivelmente vamos conseguir é que nos mandem embora do emprego, nos façam um processo desse ou daquele. Nós temos que administrar uma relação com esses espaços, que é sempre uma relação política, e temos que correr todos os riscos calculados, para que nossa militância (estou falando bem dessa perspectiva, que foi a perspectiva que trouxe, de como a gente pode militar nessa causa, como a gente pode ser no nosso trabalho um agente dessa discussão).

Outra questão é que não dá para fazer isso sozinho, isolado, é preciso que a gente crie exatamente esse tipo de espaço de referência. Espaço de corpo, não pra fazer corporativismo, mas espaço de corpo para fazer política na perspectiva que nós, a partir dessa condição de pertencermos a um grupo profissional adquirimos e podemos estar implementando. Eu vou dizer que pena de morte, nossa posição tem que ser radicalmente contra. Eu acho que todas as oportunidades que esse debate, de alguma forma, implicou os conselhos, eu acho que manifestações foram feitas, me recordo daquela situação de Goiânia onde uma pessoa fez uma denúncia, porque ele disse assim: “eu estou me sentindo um agente de escolher e determinar quem vai morrer, porque no hospital não tem recurso e eu tenho que decidir, eu estou sendo o agente da definição da morte de pessoas”.

(1h35:15) Acho a questão que a colega traz uma questão desafiadora porque os “Bolsonaros” da vida, os ratinhos da vida, são ratos de esgoto, estão ai sempre para poder incentivar e ai é que a gente discute um pouco a questão da mídia. Tem uma mídia que se nutre dessa miséria humana de uma forma absolutamente vilã, de uma forma absolutamente inaceitável. Acho que existe toda uma questão a se trabalhar aí, em torno da questão de como nós socialmente podemos exercer o controle sobre as comunicações. Tem toda a questão do monopólio das telecomunicações que é uma luta de direitos humanos, a luta contra o monopólio das telecomunicações, que uma família no Brasil tem o direito de dizer para a população brasileira de todo o país o que é que deve pensar, deve fazer, deve gostar, como é o caso da situação da mídia brasileira.

E, finalmente, eu queria pensar com vocês a questão que a Fernanda colocou porque eu também penso isso: nós todos temos uma certa força que nos dirige para o conforto psíquico. Nós todos queremos conforto. Nós, de certa maneira, se formos pensar Freudianamente, queremos que o mundo acabe num barranco pra que a gente morra “encostadinho sem fazer força”. Existe uma perspectiva, por sua vez, que hoje está muito intensificada a partir de um certo corte individualista e narcísico na nossa sociedade; que a gente prefere o que faz menos

força, do que aquilo que vai nos custar fazer mais força, que parece que é algo que faz parte da nossa constituição. Agora, que numa sociedade narcísica, individualista, cada vez mais esse tipo de questão se intensifica a um nível ético inaceitável, isso é algo que temos que constatar e temos que combater. Então não me parece que a questão seja apenas a existência de um mal estar, um desconforto; todos queremos conforto, mas queremos para todos, que todos possam ter o melhor e que a vida possa ser mais tranquila para todas as pessoas. Mas numa sociedade narcísica essa vontade termina prevalecendo, a vontade de muito poucos, que adquiriram esse conforto, querem mantê-lo e querem ignorar que a grande maioria vive em função do conforto de alguns, num terrível desconforto. Eu acho que isso também é algo que a gente não pode apagar das nossas consciências.